

(IN)VISIBILIDADE DE ATORES NO PROCESSO DE REASSENTAMENTOS DA USINA HIDRELÉTRICA LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, NO TOCANTINS

(IN)VISIBILITY OF ACTORS IN PROCESS OF RESETTLEMENT
IN LUÍS EDUARDO MAGALHÃES PLANT, IN TOCANTINS

Temis Gomes Parente

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Correspondência:

405 Sul, Alameda 18, Lote 17, QI-11.

Palmas – TO – Brasil. CEP: 77015614

E-mail: temis.parente@uol.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer um levantamento dos estudos que trataram dos impactos sobre a população transferida compulsoriamente para os assentamentos rurais devido à construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins, no município de Porto Nacional (TO). São privilegiados os estudos que buscaram a metodologia da História Oral, pois foi a partir do uso dessas fontes que os impactos sobre as populações vieram a ter visibilidade, revelando versões que, na maioria das vezes, passam despercebidas nos discursos desenvolvimentistas que precedem os grandes empreendimentos, no caso as hidrelétricas.

Palavras-chave: População impactada; História Oral; reassentamentos rurais.

Abstract

The purpose of this article is to survey the studies that addressed the impacts on the population transferred compulsorily to rural settlements because of the construction of the plant Luís Eduardo Magalhães, in Tocantins River in the city of Porto Nacional (TO). The studies are privileged that sought the methodology of oral history because it was from the use of such sources that impacts on populations came to have visibility, revealing versions that most often go unnoticed in the developmental discourse preceding the large enterprises in the case hydropower.

Keywords: The impacted population; Oral History; rural resettlements.

Introdução

O aproveitamento dos recursos hídricos, tanto para a geração elétrica como para o abastecimento de água (urbano, industrial e rural), para a irrigação, transporte, lazer, turismo, pesca e outros usos, é um vetor importante de desenvolvimento regional e deve ser planejado levando-se em consideração os interesses de uso dos diversos agentes. Particularmente para a geração de energia elétrica, a exploração desses recursos tem suscitado muitas polêmicas, em especial no que diz respeito aos impactos socioambientais gerados. Atualmente, considerando o potencial cuja concessão já foi outorgada (usinas em operação, em construção e em processo de licenciamento), estão sendo explorados pouco mais de 30%. Desse total, mais de 70% estão nas bacias do Amazonas e do Araguaia-Tocantins. Esses números refletem a importância da qual se reveste o potencial da bacia do Amazonas, a mais importante em uma perspectiva de longo prazo.¹

Os projetos de construção de hidrelétricas nas bacias dos rios da Região Norte fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que retoma a experiência do planejamento da década de 1970 para a Amazônia e projeta, para essa região, uma modernização com base na produção de *commodities* dos setores pecuarista, madeireiro, de grãos, minérios e energia. Efetivamente, os megaprojetos hidrelétricos, de transporte e comunicação formam a base dos investimentos do PAC I e II no Brasil.²

Nesse planejamento está inserida a construção de hidrelétricas na bacia Araguaia-Tocantins. A configuração dessa bacia é alongada no sentido longitudinal, acompanhando o fluxo dos dois importantes eixos fluviais – o Tocantins e o Araguaia –, que se unem no extremo setentrional da bacia e formam o baixo Tocantins, que desemboca no rio Pará, pertencente ao estuário do rio Amazonas. A bacia drena 7,5% do território nacional, abrangendo os estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão e o Distrito Federal. O grande potencial hidrelétrico da região e sua localização indicaram a bacia do Araguaia-Tocantins como uma das prioridades públicas para a implantação de aproveitamentos hidrelétricos. Entre as 28 centrais hidrelétricas instaladas, destacam-se a UHE Tucuruí, localizada no baixo Tocantins, a UHE Serra da Mesa, no alto Tocantins, a UHE do Lajeado e Peixe-Angical, no médio Tocantins, e a UHE de Estreito, localizada na divisa do Tocantins com o Maranhão.³

¹ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007, p. 162.

² CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012, p. 48.

³ ZITZKE, V. A. *A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas*. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 72-73.

O objetivo deste artigo é fazer um levantamento dos estudos que trataram dos impactos sofridos pela população que foi transferida compulsoriamente para os reassentamentos rurais devido à construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins. Os estudos abordados são aqueles que trouxeram para as discussões os atores que não tiveram lugar de fala durante o planejamento, tampouco durante a construção do empreendimento, bem como não tiveram o direito de escolher para onde ir nem mesmo o modelo das casas em que teriam de morar. Analisaremos os trabalhos que buscaram ouvir atores que ganharam visibilidade somente com o término da construção, cujas vozes repercutiram os problemas e os descontentamentos por estarem vivendo em condições totalmente díspares das que viviam em suas moradias anteriores.

Os descontentamentos advindos com esse deslocamento foram objeto de pesquisas que buscavam justamente os impactos decorrentes da transferência compulsória dessas famílias para outras localidades, ou seja, os reassentamentos. As vozes que hoje repercutem nesses trabalhos só puderam ser ouvidas por meio da metodologia da História Oral, uma vez que, segundo Portelli,⁴ uma das primeiras coisas que tornam a História Oral diferente é que ela nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Para o autor, ainda, entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. Foi o que aconteceu com as pesquisas, que resultaram em artigos, teses e dissertações de mestrado que enfocaram os atores impactados com a formação do reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães, pois a utilização das fontes orais trouxe para as pesquisas informações sobre pessoas e/ou grupos sociais cuja história é falha ou distorcida, ou pessoas e/ou grupos sociais que não aparecem, como é o caso das famílias reassentadas.⁵

Privilegiaremos, assim, os estudos que buscaram a metodologia da História Oral, pois entendemos que foi a partir dos usos dessas fontes que os impactos sobre as populações compulsoriamente transferidas vieram a ter visibilidade, revelando versões que na maioria das vezes passam despercebidas nos discursos desenvolvimentistas que precedem os grandes empreendimentos, no caso as hidrelétricas. É através dos estudos que utilizaram as fontes orais que revisitaremos a vida diária e a cultura material das famílias reassentadas, acompanhando suas trajetórias e a multiplicidade de pontos de vista, visto que o testemunho oral nunca é igual duas vezes.⁶ Sistematizar conhecimentos sobre os impactos provocados pela Usina Luís Eduardo Magalhães, por intermédio de uma revisão bibliográfica dos trabalhos produzidos desde a construção do empreendimento, é mostrar a (in)visibilidade de atores que viveram e foram protagonistas das ações e estratégias de resistência durante e depois

⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997, p. 31 (grifo do autor).

⁵ *Ibidem*, p. 27.

⁶ *Ibidem*, p. 31.

da construção. A análise de um conjunto de informações trazidas por vários trabalhos acadêmicos indica que uma grande barragem não proporciona desenvolvimento socioeconômico à região onde é implementada, mas, ao contrário, desde que a construção de um empreendimento como esse é cogitada, a população local sofre com o ônus de tal política desenvolvimentista.

Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães

Para o rio Tocantins, estão planejadas nove hidrelétricas – seis delas situam-se no Estado do Tocantins, quatro já estão em funcionamento (Luís Eduardo Magalhães, Peixe Angical, São Salvador e a Usina de Estreito) e duas encontram-se em processo de licenciamento (Ipueiras e Tupiratins). Esses vastos empreendimentos, além de acarretar enormes impactos ambientais, desestruturam os modos de vida das pessoas que vivem às margens dos rios, que se transformam em extensos reservatórios de água.

A implantação do Projeto de Grande Escala (PGE) hidrelétrico apresenta dois agravantes. Um deles é quando se observa que a obra já aparece como fato consumado, imutável, ao qual as populações residentes nos locais de sua instalação devem apenas aceitar e ao qual devem se adaptar. O outro agravante é que as populações afetadas não são consultadas e têm como opção apenas aceitar o que o empreendedor considera como possibilidade para minimizar os impactos negativos, dando ensejo às chamadas políticas de compensação, desconsiderando os aspectos traumáticos de uma reterritorialização.⁷ Os impactos causados por esses empreendimentos foram e ainda são largamente estudados em todas as áreas, pois afetam diretamente o ambiente em que viviam os ribeirinhos. Transferidos compulsoriamente para outras localidades, eles se veem obrigados a abandonar bruscamente sua forma de viver; na grande maioria das vezes, sem poder sequer decidir onde vão construir suas novas moradias.

Antes, porém, de se chegar ao estágio de transferência dos ribeirinhos, os consórcios responsáveis pelas construções dos empreendimentos fazem uso de algumas estratégias. A primeira diz respeito à forma como se dá a desapropriação, quando se utilizam mecanismos para minimizar os usos que essa população faz da água e todas as atividades econômicas e sociais preexistentes ao projeto, sendo reconhecidas como atingidas somente aquelas pessoas que possuíam direito à terra. Como segunda estratégia, valendo-se da desinformação da população, os consórcios tratam de propagandear os benefícios que o empreendimento trará para os moradores da área, para o local, para a região e mesmo para o país. Finalmente, ocorre a negociação, sempre feita individualmente – estratégia de que as empresas lançam mão. Essas práticas não

⁷ MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis G. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2011, p. 10.

são atitudes isoladas, ocorreram também durante o processo de construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, popularmente conhecida por Usina de Lajeado, uma vez que é localizado no município de mesmo nome.⁸

A Usina Luís Eduardo Magalhães está localizada a 65 quilômetros de Palmas, a capital do estado do Tocantins, e a 150 quilômetros de Porto Nacional. O reservatório perfaz uma extensão de 750 km², abrangendo os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional e Brejinho de Nazaré. O empreendimento acarretou o deslocamento de 4.777 famílias, através da desapropriação ou indenização direta de imóveis, edificações e benfeitorias, além de reassentamentos urbano e rural de famílias de proprietários, posseiros e trabalhadores.⁹ É na extensão do lago que antes residia a população ribeirinha, que foi compulsoriamente remanejada para outras localidades. Muitas famílias – várias delas habitando às margens dos rios por diversas gerações – foram morar em reassentamentos planejados pelo consórcio da empresa responsável pela construção da usina e essa mudança alterou toda a dinâmica dessa população.

A construção de usinas hidrelétricas na bacia do Araguaia-Tocantins e na bacia Amazônica alterou significativamente as relações sociais de populações locais, não só o ambiente físico e o meio biótico local. Mas as rupturas sociais enfrentadas por essa população deslocada compulsoriamente desestruturaram e vêm desarticulando toda a atividade de subsistência, como a caça, o extrativismo e a agricultura de vazante, além das relações de parentescos de muitas famílias, pois muitas vezes essas famílias são separadas, distribuídas em assentamentos diferentes.¹⁰ São essas rupturas que as pesquisas desenvolvidas desde a construção das usinas mostram.

Os fragmentos das entrevistas de cada trabalho constroem um mosaico de diversidade socioeconômica e cultural de populações que viviam às margens dos rios durante gerações e que receberam, acumularam e transmitiram saberes que foram perdidos bruscamente com a chegada das hidrelétricas, criando os *não lugares* para milhares de pessoas, que hoje vivem dispersas em reassentamentos, nas periferias das cidades, tentando se territorializar em outros lugares.¹¹

O estudo de Silva Junior¹² foi um dos pioneiros. Nesse trabalho, o autor abordou o processo que levou ao remanejamento de 363 famílias para 12 reassentamentos

⁸ PARENTE, Temis G. Territorialização e papéis de gênero: o caso do Reassentamento Córrego Prata (TO). In: SANTOS, Regma Maria; BORGES, Valdeci Rezende (Orgs). *Imagário e representações: entre fios, meadas e alinhavos*. Uberlândia: Aspectus, 2011.

⁹ SILVA JUNIOR, J. M. *Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade socioambiental*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005, p. 19.

¹⁰ ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças. Rearticulação sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. In: ZHOURI, Andréa (org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 63.

¹¹ MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis G. O estudo das territorialidades. *Op. cit.*

¹² SILVA JUNIOR, J. M. *Reassentamentos rurais*. *Op. cit.*

rurais. Silva Junior pesquisou a documentação oficial do empreendimento (Investico), mas também entrevistou lideranças dos impactados com o objetivo de captar suas impressões e opiniões sobre o processo de remanejamento em que foram inseridos. A pesquisa do autor se pautou nas repercussões da construção da Usina Luís Eduardo Magalhães e os impactos causados aos meios de subsistência, aos modos de vida, às relações socialmente construídas ao longo do tempo, aos elementos culturais e ao próprio sentimento das pessoas e famílias. Através das entrevistas com as lideranças dos reassentamentos, o estudo demonstrou a insustentabilidade socioambiental das soluções implementadas, identificando como aspectos prejudiciais à sustentabilidade dos reassentamentos implantados a ausência de regras claras para o público-alvo do programa de remanejamento, a frustração quanto ao não envolvimento e a não participação coletiva dos reassentados nas etapas precedentes à implantação dos projetos de reassentamento, a definição de lotes rurais em tamanhos incompatíveis com a necessidade produtiva das famílias de não proprietários e pequenos proprietários, a escolha de áreas com limitações para a produção, a desagregação social e cultural, as dificuldades de adaptação das famílias a novos sistemas produtivos e de organização social das novas comunidades formadas. É interessante destacar que o trabalho de Silva Junior abordou todos os reassentamentos rurais e foi utilizado como referência por quase todas as pesquisas posteriores.

Os estudos de Parente¹³ tiveram início em 2004¹⁴ e tinham como foco as memórias de mulheres desterritorializadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins, especificamente das mulheres do antigo povoado de Pinheirópolis, município de Porto Nacional (TO). O objetivo da pesquisa era analisar as narrativas dessas mulheres e, através de suas memórias, refletir sobre os papéis de gênero que perpassavam suas falas. A metodologia utilizada foi também a História Oral, por ser uma ferramenta que permite identificar as principais mudanças nessas comunidades que viviam às margens do rio Tocantins antes da formação do lago. As mulheres entrevistadas para a pesquisa tinham vivido recentemente os efeitos do processo de deslocamento e as suas falas repercutiam ressentimentos muito presentes ainda, por estarem em processo de readaptação nas novas moradias e também com as novas relações sociais que eram obrigadas a refazer.

Nas falas das mulheres, percebeu-se o custo social que lhes foi imposto a partir da construção da usina: dor, sacrifício e perdas. Nelas é possível perceber ainda o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram. Segundo Ecléa Bosi, não há evocação sem uma inteligência do presente, e uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa

¹³ PARENTE, Temis G. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, 2007.

¹⁴ As pesquisas foram iniciadas nesse ano, com a aprovação do projeto pelo CNPq. Desde então todas as pesquisas foram financiadas por esse órgão de fomento.

acompanhá-la, para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação.¹⁵

Durante as entrevistas, as mulheres buscavam na memória como eram suas vidas antes da formação do lago e como suas rotinas de vida mudaram; elas recordam e organizam essas lembranças, principalmente no que se refere às suas atividades rotineiras de labutar nas roças, nos quintais e no cotidiano doméstico.

Na pesquisa de Parente, ficou evidente as delimitações de diferentes papéis entre os membros familiares e, particularmente, as representações formadoras do lugar ocupado por essas mulheres nas suas narrativas: percebe-se a construção e reprodução desses papéis vividos e/ou representados por elas. É através dessas memórias que as mulheres entrevistadas no reassentamento deixam transparecer os papéis de gênero que elas viviam e o que se esperava que elas desempenhassem.

Assim, para a autora, pensar os papéis de gênero representados pelas mulheres de Pinheirópolis é compreender comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros de uma sociedade, diferenciados por sexo, pois falar de papéis de gênero é falar de padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para com seus membros. Eles definem comportamentos e formas de as pessoas se relacionarem. O aprendizado de papéis leva ao conhecimento e à internalização de modelos daquilo que se considera adequado, ou não, para um homem ou para uma mulher em dada sociedade.

Os papéis de gênero a que a autora se refere não se resumem somente às falas das mulheres, eles são legitimados ao ser colocados em prática através dos órgãos oficiais. Em documento elaborado pela Investco, com a consultoria da Themag – Engenharia Ltda. em abril de 1998, que analisa os impactos que a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães – Lajeado causaria e os padrões e valores das indenizações a cada impactado pela formação do lago, evidenciam-se quais seriam os lugares das mulheres no momento da avaliação das indenizações de suas terras: “Fica estabelecido que o homem em perfeitas condições de saúde e na faixa etária entre 16 e 60 anos equivale a uma Força de Trabalho. Uma mulher nas mesmas condições equivale a 0,8, uma vez que parte do seu tempo é destinada à atividade doméstica. Acima de 60 anos, a Força de Trabalho de um homem é equivalente a 0,50 e de uma mulher a 0,25 Força de Trabalho”.¹⁶

O enfoque de gênero por intermédio das memórias de mulheres desterritorializadas no reassentamento de Pinheirópolis refere-se ao esforço sistemático de documentar e compreender os papéis de homens e mulheres dentro de contextos específicos, bem como as relações recíprocas entre tais papéis e a dinâmica social de tais contextos.

¹⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 81.

¹⁶ PARENTE, Temis G. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *Op. cit.*, p. 105.

Ao analisar as lembranças dessas mulheres, verificou-se que elas expressam sentimentos de saudade. Falam de um “tempo de outrora”. Para elas, a oportunidade de rememorar é dada através dos depoimentos para a pesquisa, pois (re)vivem aqueles momentos em que se viam em outro contexto. Assim, através da oportunidade de construir essa memória, tais mulheres se percebem como sujeitos da história. Isso vem ao encontro da reflexão feita por Portelli: a entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos de sua experiência dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente.

Justino e Parente¹⁷ analisaram a (in)sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos Mariana e Olericultores no município de Porto Nacional (TO) criados em decorrência da construção da usina. A análise foi elaborada com base nas seis dimensões de sustentabilidade de Sachs:¹⁸ social, econômica, ecológica, espacial, cultural e política. Para tanto, os autores pesquisaram a documentação referente aos compromissos da empreendedora em relação aos reassentados, assim como a documentação que avaliou todo o processo, no caso o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).¹⁹ Ao mesmo tempo utilizaram também as entrevistas com os reassentados. Para os pesquisadores, as entrevistas foram imprescindíveis para a constatação de que as definições de sustentabilidade prevista na documentação oficial são limitadas. Além disso, muitas ações mitigadas previstas nesses planos não foram concretizadas, impossibilitando dessa forma avanços socioeconômicos para a população reassentada.

Para a pesquisa, os autores realizaram entrevistas baseadas na história de vida dos reassentados, que lhes permitiram falar acerca de sua realidade socioeconômica, desde o momento em que tiveram os primeiros contatos com os representantes da empreendedora, passando pela época em que foram reassentados, até os dias atuais.

O perfil escolhido pelos pesquisadores foi o daqueles reassentados que tinham abertura para falar de suas particularidades, de suas experiências sociais, enfim, de sua história de vida. Foi observado também o grau de envolvimento dos reassentados no processo de mudança das margens do rio para o reassentamento até os dias atuais, pois os reassentados mais envolvidos nas negociações poderiam trazer mais informações.

¹⁷ JUSTINO, Marcelo Lopes; PARENTE, Temis Gomes. (In)sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos Mariana e Olericultores – Porto Nacional – To – Brasil. *REDES – Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 108-131, jan./abr. 2013.

¹⁸ SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

¹⁹ O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um documento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelos ministérios públicos, para o ajuste de condutas contrárias à lei.

Com a criação dos reassentamentos em decorrência da construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, dois foram destinados à olericultura, o Mariana e o de Olericultores, reassentamentos que deveriam garantir a sustentabilidade²⁰ às populações atingidas, assim como possibilitar aos agricultores darem continuidade à olericultura, atividade que exerciam antes da construção do empreendimento. No entanto, na prática, o que ocorreu após a implantação do grande projeto foi a insustentabilidade em vários segmentos sociais, culturais e econômicos das populações.

Através das entrevistas dos moradores dos reassentamentos Mariana e Olericultores, o estudo de Justino e Parente evidenciou que a UHE Luís Eduardo Magalhães causou impactos no que se refere aos aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais das populações ribeirinhas atingidas pela obra. Ficou demonstrado que as soluções desenvolvidas não têm sido capazes de equacionar adequadamente os impactos socioambientais decorrentes das grandes barragens, gerando mais insustentabilidade e menos sustentabilidade aos atingidos, questão que contribuiu para a exclusão social e econômica de famílias diretamente atingidas, sobretudo de pequenos proprietários, trabalhadores, comodatários e ocupantes, através de sua remoção compulsória de terras inundadas, sem mecanismos de reposição que possibilitem a sua inserção no novo cenário, em condições satisfatórias de adaptação à nova realidade.

Observou-se também a insustentabilidade no que tange à saúde, à educação e ao abastecimento de água em ambos os reassentamentos. Quanto à questão econômica, a olericultura não se sustentou no reassentamento Mariana e foi necessário buscar novas alternativas; no reassentamento de Olericultores, essa atividade ainda continua sendo a base econômica, embora haja dificuldades em função da escassez de água entre os meses de junho e setembro. Em se tratando da organização política, constataram-se grandes deficiências no reassentamento de Olericultores e bons avanços no reassentamento Mariana.

Dessa forma, o estudo evidenciou que, para assegurar a sustentabilidade das populações reassentadas atingidas por construções de UHE, são essenciais algumas medidas como o oferecimento de terras de qualidade, preparação política do grupo, melhorias na área de saúde, garantia de um abastecimento seguro de água e estabilidade econômica, uma vez que o alcance desses benefícios é crucial para a sustentabilidade no meio rural.

²⁰ Caporal e Costabeber afirmam que “sustentabilidade implica uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a igualdade de oportunidades para todos”. CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, p. 2-3.

O trabalho de Santana²¹ teve como objetivo analisar o processo de formação da consciência jurídica²² nos impactados pela UHE Luís Eduardo Magalhães no reassentamento Córrego Prata. O autor analisou a documentação da comunidade impactada, como memórias de reuniões, artigos de jornais, atas, estatutos, ofícios, Termos de Ajustes de Conduta (TACs) e outros documentos, investigando-se de que forma a consciência jurídica foi sendo sistematizada e registrada. O trabalho se pautou na análise de como os assentados se tornaram politicamente organizados e quais foram as ações que empreenderam para ampliar e garantir seus direitos. Na pesquisa, o autor descreveu o trabalho desenvolvido pelos agentes mediadores e reguladores entre os reassentados e a empresa empreendedora, com o objetivo de analisar quais direitos não foram respeitados, quais foram conquistados em decorrência dos processos de negociação, quais não foram implementados e como a população reassentada se mobilizou para exigí-los.

Para tanto, levou-se em consideração as experiências pessoais, compartilhadas em entrevistas com 46 famílias remanescentes. Ao final, concluiu-se que esses reassentados desenvolveram uma nova mentalidade no que diz respeito a conhecer e lutar pelos seus direitos.

Segundo o autor da pesquisa, só foi possível perceber essa mentalidade através das análises das entrevistas, pois foi a partir das falas dos reassentados que ficou demonstrado que na fase pré-remanejamento, eles desconheciam totalmente seus direitos. Nessa condição, aceitavam passivamente as determinações da empresa, aguardando que ela ditasse quais eram os seus direitos.

O estudo mostrou também que a maioria dos atingidos, realocados para o reassentamento Córrego Prata, eram empregados nas fazendas impactadas e que a formação educacional máxima limitava-se ao ensino fundamental incompleto. Muitos confiavam nos patrões para saber se tinham ou não algum direito. Algumas famílias relataram ter recebido visitas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), antes de serem realocadas, e que chegaram a participar de reuniões com o objetivo de obter esclarecimentos e mobilizar-se para as reivindicações de seus direitos.

Foi a partir das reuniões promovidas pelo MAB, a organização da associação do reassentamento Córrego Prata e a mediação do Ministério Público (MP) que muitos começaram a tomar consciência de seus direitos e questionar se tinham e quais eram esses direitos. Ela surge quando o atingido vê o seu mundo ameaçado e nesse momento é forçado a tomar alguma atitude e lutar por seu direito.

²¹ SANTANA, Fabian Serejo. *O processo de formação da consciência jurídica dos atingidos pela UHE Luís Eduardo Magalhães no reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional – TO*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

²² Na perspectiva de Melo (*apud* SANTANA, Fabian Serejo. *O processo de formação da consciência jurídica*. *Op. cit.*), é na consciência jurídico-social que se formam as representações jurídicas referentes às normas que devem existir e como as mesmas devem ser. A consciência jurídica tem relação com o senso comum valorativo do indivíduo ou da sociedade no que se refere à capacidade de decidir sobre o justo ou o injusto, o que seja socialmente útil ou inútil, com incidência sobre as normas de conduta.

Nesse sentido, as respostas às questões levantadas na pesquisa ofereciam as informações necessárias para descrever esse processo. Os entrevistados lembravam a vida antes do reassentamento e como reagiram ao receber a notícia da desapropriação e do remanejamento para o reassentamento. Eles contavam quais foram as primeiras impressões ao chegar no reassentamento e o que acharam desse novo lugar do qual estavam se apropriando.

Para o autor, os reassentados passaram por diversas etapas para chegar a um entendimento do processo ao qual foram submetidos. Eles admitiam um estado de ignorância com relação aos seus direitos e consideravam-se cegos. Não saber o seu direito, face à ameaça de perder tudo o que conseguiram construir ao longo da vida, dava a sensação de estar no escuro. Nessa condição, restava-lhes apenas confiar em alguém que lhes indicasse o que fazer e para onde ir.

Assim, a tomada de consciência para os reassentados não pode ser concebida como um ato súbito, ocorrido ao acaso. Foi um processo, uma formação, um exercício e uma conquista daqueles que ousam superar seus próprios limites. Esse processo não se desencadeou de forma isolada, pois é na vida social, na relação com a alteridade que o sujeito descobre quem realmente é, na realidade em que se insere. Assim, o processo de consciência jurídica se desencadeia na sociedade civil, pois é nela que se encontra a gênese do direito. É nela que se travam os conflitos sociais e políticos, as relações de poder nas suas múltiplas formas. O direito emerge como ato de liberdade, que precisa coexistir com a liberdade de todos.

Para essa pesquisa também foi imprescindível a História Oral, pois segundo Portelli,²³ trabalhar com a História Oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto a consonância.

Por fim, o estudo de Parente e Guerrero, publicado em 2011,²⁴ propôs-se a analisar o cotidiano das mulheres dos reassentamentos rurais do Córrego Prata e Pinheirópolis, também criados com o enchimento do reservatório que se formou com a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães. Com a análise, as autoras buscaram conhecer como é a vivência dessas pessoas dez anos depois da mudança para os reassentamentos e, a partir dessa “leitura”, procuraram entender o processo de desempoderamento das líderes dos movimentos sociais que representam esses reassentamentos.

Para compreender o desempoderamento, as autoras discutiram o que é empoderamento. Assim, o empoderamento, no texto, é compreendido como o desenvolvimento da confiança de uma pessoa ou de um grupo nas próprias capacidades, com o aumento da força espiritual, política, social ou econômica dos indivíduos e das comunidades.²⁵ Empoderamento também é o mecanismo pelo qual as pessoas,

²³ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 35.

²⁴ PARENTE, Temis Gomes; GERRERO, Olaya Fernández. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil). *História Oral*, v. 14, n. 2 e v. 15, n. 1, p. 177-201, jul.-dez. 2011/jan.-jun. 2011.

²⁵ DEERE, C.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na*

as organizações, as comunidades assumem o controle dos próprios assuntos, da própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e da competência para produzir, criar e gerir. Na compreensão de Zapata,²⁶ são considerados fatores impulsionadores do empoderamento: a autonomia econômica; a participação em redes sociais; o acesso ao conhecimento formal e às informações; a confiança e a autoestima; e, ainda, o desenvolvimento de habilidades e de liderança.

A pesquisa das autoras se pautou nas seguintes questões: será que as condições compulsórias de mudança para os reassentamentos dessas famílias, consideradas como grupos desterritorializados por estudos anteriores,²⁷ fizeram que se congregassem fatores que contribuíssem para o não empoderamento dessas mulheres? No trabalho, foram considerados como fatores inibidores do empoderamento – portanto, o desempoderamento – as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio, a falta de capacitação e de maior participação.²⁸ A análise se fundamentou na identificação desses fatores nas falas de mulheres dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural (TO). É a partir das narrativas dessas mulheres que as autoras procuraram entender mais de perto a vida dessas mulheres, descobrindo as estratégias que fazem que elas permaneçam nos lugares de gênero que ocupam, e até mesmo os fortaleçam.

O primeiro fator é a dependência econômica. A partir das entrevistas, percebeu-se que a situação econômica dessas mulheres é precária, pois depois que foram reassentadas, não conseguiram produzir nos lotes produtos suficientes para sua autonomia. Isso é atribuído a várias causas, entre elas o tamanho do lote, o tipo de terreno e sua qualidade, inadequados para a produção agrícola, bem como o próprio clima. Além disso, muitos reassentados não tinham o conhecimento prático de como lidar com a terra, o que contribui, portanto, para a não autonomia dessas famílias. A realidade da participação econômica das mulheres dos reassentamentos é muito precária, uma vez que quase todas lidam diretamente com a pequena produção de subsistência em seus lotes de terra, na maioria das vezes são chefes de família e muitas ainda sustentam os filhos que estudam na cidade. Isso se reflete diretamente na oportunidade econômica, pois nenhuma dessas mulheres tem uma profissão, mesmo aquelas “feminizadas”. É o que podemos perceber na narrativa de D. Dionísia, quando se refere às condições do lote recebido:

América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 52.

²⁶ ZAPATA, E. *Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales*. México: Plaza y Valdés, 2003.

²⁷ PARENTE, Temis G. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *Op. cit.*

²⁸ ZAPATA, E. *Microfinanzas y empoderamiento*. *Op. cit.*, p. 225-249.

Quando chegemos aqui não tinha nenhuma árvore aqui dentro desta chácara eles derrubaram tudo, num cerrado, porque tem terra boa pra cá, eu sei o que é terra boa, eu e meu marido nós sabe o que é terra boa... Aqui você planta mandioca não presta, e é com muito adubo, um canteiro pra você fazer, você vai pelejando com ele não vai pra frente não, não vai em frente...²⁹

O segundo fator é a opressão. Segundo Iris Marion Young,³⁰ a opressão que afeta as mulheres e outros coletivos pode ser identificada a partir de cinco traços fundamentais: exploração, marginalidade, carência de poder, imposição do imperialismo cultural e violência. A partir das falas das mulheres pesquisadas, as autoras identificaram o peso da opressão que elas sofrem, quando se percebe o “esmagamento” das suas expectativas ao falarem das lutas e das pequenas vitórias de sua participação nessas lutas. A expectativa é ligada ao mesmo tempo à pessoa e ao interpessoal, e também se realiza no hoje: é futuro-presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser visto ou previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.³¹ Podemos identificar essa opressão e a violência na fala de Judite da Rocha:

Tem muito homem que bate, tem homem que não deixa a mulher participar do movimento ainda, e assim nesses reassentamentos mesmo a gente sabe de várias histórias. A participação das mulheres é muito complexa ainda, a mulher só sabe que precisa lavar roupa, precisa cozinhar, limpar a casa e é isso. E olha tem lugares, por exemplo, que nós fizemos reunião e que veio uma ou duas mulheres... Acho que foi no Baixão, a participação ainda é muito pequena... E os homens são bem sacanas!³²

O excesso de responsabilidade doméstica constitui outro fator. Um dos problemas que afetam as mulheres rurais está relacionado com as construções ideológicas e as consequências práticas da “divisão sexual do trabalho”. Segundo essa divisão, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças, de pessoas idosas e doentes, e aos homens estão delegadas todas as atividades relacionadas à vida pública e à tomada de decisões.

A maior reclamação das entrevistadas é a falta de adesão das outras mulheres dos reassentamentos aos momentos de luta para conquistar algumas das reivindicações, pois essas outras mulheres, quase em toda a sua totalidade, alegavam que não

²⁹ Dionísia Pereira Lima, entrevista concedida a Temis Gomes Parente. Reassentamento Córrego Prata – Porto Nacional (TO), novembro de 2011.

³⁰ YOUNG, Iris Marion. *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Cátedra, 2000, p. 88-107.

³¹ KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, p. 310.

³² Judite da Rocha, Coordenadora Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens. Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, Sede do MAB, Palmas, 22 de outubro de 2013.

iriam participar das reuniões convocadas pelas líderes porque não tinham tempo, ou seja, alegavam que as suas atividades domésticas não podiam ficar para depois. Outro fator é a falta de participação e de apoio: se não há políticas específicas de gênero para o processo de deslocamento compulsório, como a população que nunca viveu e jamais pensou em viver tal situação vai saber lidar com essa realidade? Foi o que as autoras perceberam nas entrevistas com as mulheres, particularmente com dona Dionísia, uma vez que a mesma entrevistada já tinha participado de outra pesquisa. Na entrevista realizada em 2008, ficou evidente a sua inexperiência para organizar uma associação de mulheres para aquele reassentamento; na entrevista de 2011, ela afirma que a criação dessa associação nunca foi concretizada.

Quanto à falta de apoio, na maioria das vezes é somente reflexo das atitudes explicitadas acima, uma vez que essas lideranças não foram formadas nem continuamente capacitadas para a compreensão do que sejam políticas públicas e, portanto, não sabem de quem cobrar e como fazer essa cobrança. Isso fica explícito quando se perguntou às entrevistadas quais e como seriam os apoios externos que elas recebem. Na percepção de uma das entrevistadas, esse apoio externo se concretiza em forma de cesta básica, não representando, portanto, o papel de influência como uma representação política diretamente voltada para a sua comunidade. Isso vai refletir no seio da comunidade, uma vez que essas lideranças locais não são reconhecidas por eles, pois a partir do momento em que o fornecimento de cestas básicas é interrompido, o poder dessa liderança é questionado.

Em relação à falta de educação formal e de capacitação, quase todas as mulheres dos reassentamentos pesquisados não possuem ensino fundamental completo, ou seja, não concluíram uma educação formal que lhes permitisse chegar a um curso superior. Mas todas foram unânimes em suas falas de que suas/seus filhas/os estão estudando para que não sejam iguais a elas e recebam uma formação educacional mais ampla do que elas tiveram. Nas entrevistas, essas mulheres demonstram a consciência de que a falta de estudos dificulta o acesso às atividades de trabalho que permitem melhores condições econômicas.

Assim, quanto ao empoderamento político, apesar de essas mulheres estarem no lugar de representação de uma comunidade, ali estão devido a uma política do Movimento dos Atingidos por Barragens, que tem como pressuposto que todos os reassentamentos precisam ter um(a) representante e, portanto, mulheres como dona Dionísia foram cooptadas como líderes por terem se sobressaído em relação às demais naquela comunidade.

Quanto à saúde e ao bem-estar, devido a todos os outros fatores listados acima, não poderia ser diferente. As pessoas dos reassentamentos não têm acesso a um atendimento de saúde de qualidade; mesmo para qualquer consulta ou atendimento médico, elas têm de sair para ser atendidas na sede do município.

Na pesquisa, as autoras identificaram que as lideranças dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural não possuem as condições prévias para o empoderamento da mulher, sendo estes os espaços democráticos e participativos, assim

como a organização das mulheres³³. Essas mulheres não têm acesso ao poder político nem tampouco possuem poder de voz e de ação por não terem uma organização coletiva. Assim, é na compreensão dos fatores inibidores do empoderamento presentes no cotidiano das mulheres que representam os reassentamentos no Movimento de Atingidos por Barragens que se identifica o que as autoras chamam de desempoderamento.

O retorno ao passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente³⁴. Foi essa captura do presente que nos interessou neste artigo, pois capturar o conhecimento elaborado por pesquisas anteriores é trazer para esse presente contribuições importantes para o momento de discussão atual dos estudos que abordam as questões dos impactados pela construção da Usina Luís Eduardo Magalhães. Pois a luta das comunidades reassentadas, 11 anos depois, não se fundamenta mais na contestação pela construção da obra, mas sim nas condições de sobrevivência, e é isso que percebemos nos trabalhos que analisamos: não se contestava mais a construção da hidrelétrica, fato definitivo, mas as condições de sobrevivência de cada um, de cada família, de cada reassentamento.

Através desses trabalhos foi possível perceber que os reassentados são identificados como atores fundamentais no processo de construção dessa consciência, que *a priori* seria apenas a consciência de que fazem parte de uma população atingida pela barragem e que fazem parte de um lugar. Desse momento em diante, já não serão chamados de caseiros, vaqueiros ou agricultores, mas reassentados, uma palavra nova que os qualifica e que traz significados que precisam ser compreendidos³⁵

Analisando esses trabalhos de pesquisas que utilizaram a História Oral, percebemos que com essa metodologia é possível contestar verdades históricas absolutas, verdades históricas aceitas, ou, ao menos, torná-las mais complexas ou contraditórias. A História Oral pode nos ajudar ainda a compreender como as memórias populares são criadas e reproduzidas, e como e por que elas influenciam, ou não, os indivíduos e a sociedade. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressalta a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. É dessa forma que entendemos a importância da História Oral para este trabalho. Trata-se, portanto, de refletir através das falas de pessoas que antes eram invisíveis e que, com as pesquisas, tornaram-se visíveis como atores principais no processo de reassentamentos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.

³³ TOLEDO, A.; LISBOA, T. O sexo da pobreza brasileira. *Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011, p. 5.

³⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 9.

³⁵ SANTANA, op. cit., p. 27.

*Artigo recebido em 07 de junho de 2014.
Aprovado em 15 de junho de 2015.*